

O que sairá destas reuniões?



Sarney e seus ministros terão reuniões durante todo o fim de semana e podem decidir por estas medidas:

elevação do IOF
e CDBs; empréstimo sobre consumo de aumento de venda de elevação do sobre empresas aumento de

sobre empréstimos compulsório energia elétrica; IOF sobre a automóveis, e Imposto de Renda que não comprovarem suas rendas.

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, qualificou as notícias sobre um novo pacote econômico como "boatos que visam a enganar a boa-fé de um grande número de cidadãos" e provocar alterações nas Bolsas de Valores. Após várias reuniões, pela manhã e à tarde, com o presidente José Sarney, o ministro garantiu que esses encontros, mantidos a portas fechadas e em locais pouco comuns pelos idealizadores do Plano Cruzado, são de rotina, para analisar as metas do governo, que deverão ser anunciadas na próxima semana.

Mas, segundo fontes do governo, o presidente José Sarney cedeu aos argumentos de que precisa adotar medidas mais fortes e um tratamento mais ortodoxo no campo econômico, para combater os primeiros indícios de ressurgimento da inflação, favorecendo às opiniões defendidas pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, em detrimento das teses defendidas pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

A equipe econômica do governo está estudando a reforma administrativa, que vai provocar uma profunda revisão nas empresas públicas. Também é vista como "absolutamente normal" a permanência em Brasília, neste final de semana, dos principais assessores e técnicos do governo em economia. Uma reunião será realizada na Secretaria do Planejamento (Seplan), chefiada pelo ministro João Sayad, segundo informações do Palácio do Planalto. Fontes credenciadas do governo voltaram a admitir a possibilidade de o presidente Sarney fa-

zer um pronunciamento à não Nação somente sobre o plano de metas para o seu governo (até 1989, prevendo-se um mandato de quatro anos), como também, medidas de curto prazo para corrigir o Plano Cruzado.

Desmentido

O ministro Dílson Funaro, entretanto, foi enfático ao desmentir a inclusão de medidas como a desvalorização cambial ou o aumento de impostos para execução de medidas de longo prazo. Para o primeiro caso, Funaro lembrou que o País possui uma excelente reserva cambial e não há necessidade de reforma nessa área. Já para o segundo, afirmou: "A maior preocupação do governo sempre foi melhorar a condição de vida do brasileiro; não vai, portanto, chegar agora e tirar dinheiro dele com mais impostos". Admitiu, contudo, que há um grande interesse em fazer com que a sociedade poupe mais, passada a fase de consumo em função do aumento do poder aquisitivo. O mecanismo para isso, observou, será "inativo" e nunca compulsório.

Segundo Funaro, dentro do Plano de metas do governo, as condições para o desenvolvimento brasileiro incluem a participação do assalariado. No momento, acrescentou, a maior preocupação é com o orçamento, pois existe a necessidade de não aumentar o déficit público. "O que precisamos hoje é crescer, tendo em vista que os salários cresceram e o consumo também. Portanto, precisamos investir mais, criar infra-estrutura, dar condições tecnológicas para fazermos

modificações e modernizarmos o Estado, para que ele acompanhe o progresso", disse. Para o ministro, estas são premissas que por si sós "tranquilizam" a sociedade e desfazem "as ondas de boatos". Antes de entrar na sala onde concede entrevista aos jornalistas, Funaro conversou com o presidente Sarney, e, caminhando pelo corredor, sentençou: "Está na hora de acabar com essa boataria".

Funaro admite a aplicação de "medidas corretivas" no Plano Cruzado mas sem prazo ou hora marcada: "Elas acontecem quando se julgar melhor conveniente, e citou como exemplo as novas limitações impostas aos consórcios de automóveis. Isso porque, explicou, é desejo do governo estimular a sociedade a comprar menos automóveis para dar um prazo à indústria para produzir uma quantidade suficiente que atenda à demanda. "É indispensável que exista um equilíbrio entre a compra e o salário", afirmou.

Medidas em estudo

Neste final de semana, a equipe econômica do governo, assessorada juridicamente pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, estará estudando as seguintes medidas, que serão anunciadas à Nação provavelmente na quarta-feira, segundo fontes qualificadas pelo próprio presidente José Sarney, em cadeia nacional de rádio e televisão: 1) elevação do imposto sobre operações financeiras (IOF) nos empréstimos de curto prazo e compra de CDBs; 2) instituição de um empréstimo compulsório sobre o consumo de

energia elétrica, sobre as operações financeiras para a revenda de automóveis e sobre a compra de dólares; 3) aumento do imposto de operações financeiras sobre a venda de automóveis; 4) elevação do Imposto de Renda sobre o faturamento das empresas que não comprovarem a elevação de suas vendas físicas.

As medidas têm a inspiração de técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, embora o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, seja contrário a elas neste momento, no que tem o aval tanto do PFL como do PMDB, cujos dirigentes tiveram sucessivas reuniões com o presidente José Sarney.

Compulsório

A criação de um empréstimo compulsório acoplado a uma subscrição compulsória de ações das empresas do setor elétrico, para os consumidores comerciais e residenciais cujo consumo mensal seja maior do que 200 quilowatts/hora, visaria compensar parte da perda de US\$ 1 bilhão que o setor teve com o congelamento de tarifas. Mediante esse artifício, seriam arrecadados US\$ 400 milhões.

Este empréstimo/subscrição compulsória se faria da seguinte forma: os consumidores teriam em suas contas de luz um quadro explicando que uma quantia do valor da conta seria contabilizada em um fundo que, ao alcançar um valor "x" seria convertido em ações escriturais nominativas, sobre as quais ele receberia dividendos e, depois de um certo tempo, poderia negociar na Bolsa de Valores.